



“Educação como prática de Liberdade”:
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9449 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT02 - História da Educação

EDUCAÇÃO SOCIAL NA REFORMA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL (1927-1930)

Raquel Lopes Pires - UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Sara Raphaela Machado de Amorim - UERN - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

EDUCAÇÃO SOCIAL NA REFORMA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL (1927-1930)

Resumo: Analisar as propostas para a disciplina Educação Social presentes nos *Programas para os Jardins de Infância e para as Escolas Primárias*, durante a Reforma da Instrução Pública do Distrito Federal (1927-1930), é o objetivo deste trabalho. Na perspectiva da formação de um “novo cidadão”, várias foram as idealizações do corpo administrativo liderado por Fernando de Azevedo para os alunos da então capital federal. A reformulação das propostas e das atividades se concentraram em preparar as crianças para usufruir das inúmeras modificações paisagísticas e logísticas, que se ancoravam no conceito de modernidade e estavam se inserindo cada vez mais na arena social carioca. Nesse sentido, alguns autores colaboram com as discussões acerca desse trabalho, tais quais: Camara (2004) e Paulilo (2015) que investigam aspectos desses programas; Silva (2004) que nos ajuda a compreender os princípios e iniciativas que visavam tanto uma reforma educacional quanto social, que se preocupava não só com o currículo escolar, mas com o incentivo ao reconhecimento enquanto cidadão; e Vasconcelos (2014) a respeito da análise da fonte historiográfica que aqui elegemos. Assim sendo, buscavam ensinar os sentimentos de patriotismo e brasilidade desde os primeiros anos escolares.

Palavras-chave: Reforma do Ensino; Fernando de Azevedo; Programas Escolares; História da Educação.

Analisar as propostas para a disciplina Educação Social presente nos *Programas para os Jardins de Infância e para as Escolas Primárias* durante a Reforma da Instrução Pública do Distrito Federal (1927-1930) é o objetivo deste trabalho. Durante os anos finais da década de 1920, Fernando de Azevedo idealizou e implementou um projeto reformista que visava não apenas modificações educacionais, mas também sociais. Pensando no alcance que a escola poderia ter, esteve à frente de inúmeros trabalhos, tanto em relação aos aspectos arquitetônicos dos estabelecimentos de ensino, quanto curriculares da educação do Rio de

Janeiro. Em pouco tempo, a proposta ganhou proporções que possibilitaram sua expansão e a probabilidade de ser considerada modelo por várias partes do país.

Dentre os documentos oficiais que visavam reger a Reforma, estão os *Programas para os Jardins de Infância e para as Escolas Primárias*, que trataram de noções a respeito do papel do professor, da reorganização da escola, de saúde, higiene, leitura, escrita, patriotismo etc. (CAMARA, 2004). Disponíveis no Acervo Fernando de Azevedo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP), esse material é tomado aqui como fonte historiográfica a fim de possibilitar a interpretação de informações a respeito do que fora pensado e implementado para a educação carioca. Sua análise é possível em diálogo com o estudo de Vasconcelos (2014), na tentativa de perceber que os conteúdos ali apresentados se constituem como um conjunto de proposições que foram elaboradas com possíveis intencionalidades e objetivos pelos membros da Diretoria Geral de Instrução Pública (DGIP) do Distrito Federal. Nesse sentido, tentamos perscrutar pistas a respeito das prováveis propostas que pretendiam delinear as temáticas que seriam trabalhadas na disciplina de Educação Social das escolas cariocas. Sendo assim, nos aproximamos da perspectiva de *documento/monumento* de Le Goff (2013) que afirma que esses materiais não são inofensivos e, por isso, devemos levar em conta seu processo de fabricação/construção.

No documento com cerca de 80 páginas, a Educação Social aparece agrupada a outras disciplinas pensadas a partir de centros de interesse e evidencia-se como um dos pilares do ensino nos cinco anos da escola primária, sendo parte dos conhecimentos gerais nos primeiro e segundo anos e disciplina separada nos terceiro, quarto e quinto anos. Para Paulilo (2015) a elaboração desse documento colaborou com a abordagem das práticas sociais que envolviam o início do processo de escolarização, a relação professor-aluno e a participação da família na cena escolar. Operou como uma espécie de “guia” no qual orientava tanto para os conteúdos curriculares, quanto para as práticas escolares que tomavam forma naquele momento de significativas reorganizações da escola. Foi organizado em: introdução (escrita, assinada e datada em 25 de maio de 1929 pelo Diretor Geral da Instrução Pública do Distrito Federal, Fernando de Azevedo), programa para o jardim de infância, programa para as escolas primárias, programa (plano de distribuição da matéria) e plano esquemático para o ensino de conjunto. Também pretendia trabalhar com exercícios de observação e associação através de jogos motores e visuais e térmicos, além das expressões concreta e abstrata. Esses programas estavam fortemente relacionados com o que fora firmado através dos decretos que implementaram as iniciativas reformistas da educação do Rio de Janeiro na época.

Liderada por Fernando de Azevedo, a Reforma da Instrução Pública do Distrito Federal (1927-1930) foi um dos grandes marcos no processo de reformulação educacional vivido no Brasil. Baseada nos princípios do movimento da Educação Nova, propunha um trabalho diferente do até então seguido no país. Longe de um rompimento com os pressupostos advindos das gestões anteriores, as ideias elaboradas pelo educador se envolviam com os acontecimentos sociais daquele momento, que eram diferentes do que podia ser visto até anos antecedentes.

Ao mesmo tempo em que eram pensadas novas propostas para a educação, a cidade ganhava um diferente cenário. Além das paisagens que foram sendo modificadas, a partir da derrubada de morros, novas construções, alargamento e calçamento das ruas, por exemplo, a urbe começava a usufruir do que à época era considerado como moderno, a exemplo da circulação de bondes elétricos, veículos automotores, relógios nas ruas e iluminação (SILVA, 2004; 2009). Essas obras estavam muito ligadas a uma ideia de modernização, que, por sua vez, deveria alcançar uma reconfiguração da sociedade. Logo, passava a ser papel da escola ensinar novos hábitos e comportamentos para que as crianças, e, conseqüentemente, suas famílias pudessem usufruir melhor do que passava a lhes ser oferecido (SILVA, 2011).

Além disso, a Reforma advinha das ideias escolanovistas que propunha um novo papel tanto para o professor quanto para o aluno. Naquele momento, deixariam de ser vistos como pares de oposição e passariam a ter uma relação mais direta. Ou seja, o professor não deveria mais ser considerado o “centro”, mas aquele que colaboraria com o processo ensino-aprendizagem num papel de mediação e os alunos, por sua vez, começariam a ter seus interesses observados e levados em consideração. A escola, então, passou a se preocupar com a formação de um cidadão capaz de também opinar e envolver-se no cotidiano social (VIDAL, 2000).

A fim de lançar propostas de conteúdos aplicáveis no cotidiano escolar, esses programas foram idealizados no calor do movimento reformístico. Muitos são os pontos importantes para se tratar a respeito dos *Programas para os Jardins de Infância e para as Escolas Primárias*, entretanto, consideramos relevante discutir as prováveis iniciativas que envolviam a oferta da Educação Social, em especial nos terceiro, quarto e quinto anos quando se torna disciplina separada e não mais parte dos conhecimentos gerais. Sua análise indicia uma série de concepções sobre a cidade que se desejava conceber a partir dos ensinamentos escolares (PAULILO; SILVA, 2012).

A proposta reformista objetivava, dentre outras coisas, estimular e ensinar o sentimento de brasilidade assim como a formação de um cidadão capaz de usufruir da modernidade e apto a gozar de seus direitos e deveres civis. Ainda assim, é importante atentar que, naquele momento, em várias contextos educacionais do país, a educação era pensada como o compromisso de formar o caráter da criança, essencialmente nas questões de asseio, ordem, honestidade valores cívico-patrióticos, dentre outros (SOUZA, 2004). Para tanto, era proposto um trabalho de auto-governo onde os próprios alunos deveriam demonstrar seus interesses e usufruir dele a partir dos seus desejos.

A ideia do modelo escolar da Escola Ativa pode ser associada aqui. Apesar da proposta de pensar mais na centralidade da criança e ser o papel do professor mais de um observador e mediador do processo educacional, uma das maiores questões de fundo que envolviam a Reforma da Instrução Pública do Distrito Federal (1927-1930) era despertar nesse “novo” cidadão um sentimento de respeito e compromisso com a pátria. Assim como o sentimento de coletividade onde uns ajudam e atendem aos outros.

Esses programas propunham, então, alguns possíveis conteúdos para serem trabalhados nos cinco anos da Escola Primária. Cabe destacar que nos primeiro e segundo anos a Educação Social estivera mais ligada as questões de observação de aspectos da história local, como, por exemplo, comparação entre casa e escola, os arredores, a cidade, lendas, costumes, dentre outros. Quando passou a ser uma disciplina específica, no terceiro ano, centrava atenções em aspectos que englobavam os direitos e deveres do cidadão, como a questão dos impostos, dos serviços da cidade, do respeito à lei e do aprendizado ao simbolismo da pátria. Além de essas questões continuarem como parte dos assuntos tratados, nos quarto e quinto anos, os feriados também seriam trabalhados assim como o dever de votar.

Formar o cidadão através da escola envolvia possíveis interferências e contribuições na composição de corpos e mentes. Ou seja, os princípios a serem trabalhados nas escolas públicas tinham por finalidade a interiorização de novos hábitos e costumes por parte do alunado, que, por sua vez, interferiria também na sua casa e família. As transformações que se pretendia alcançar partiriam, então, do princípio de que era através da criança que os “homens mais velhos” também poderiam ser moldados. A Escola Primária já começaria a preparar o cidadão para o trabalho e, assim, preocupava-se em tentar despertar os sentimentos de solidariedade, cooperação e responsabilidade como finalidade social (CAMARA, 2004). Não

é possível afirmar que pretendiam alcançar a formação da criança em sua totalidade, mas, é provável que tenham percebido a necessidade de pensar os diferentes âmbitos que a defendida modernização social passaria tanto a oferecer quanto a demandar do “novo” cidadão.

Apesar de muitos estudos tratarem das questões da Educação Nova e da Reforma da Instrução Pública do Distrito Federal (1927-1930) como momentos que marcaram uma mudança no cenário educacional do Brasil e de diversos outros países, é a partir do mergulho nos documentos oficiais que percebemos um tencionamento para a formação de um determinado “tipo” de cidadão. Com o movimento de se criar um programa específico que deveria ser trabalhado em comum por todas, ou pelo menos pela maioria das escolas públicas da capital carioca, é possível apreender um interesse em se inculcar pensamentos, atitudes e valores específicos na criança e, conseqüentemente, na sua casa e família. A formação pensada e disseminada pela referida Reforma, então, não pretendia alcançar apenas o espaço educacional. Muito mais que isso, ela já tencionava uma representação de cidadão/homem, aquele que estaria apto a usufruir melhor da cidade, aquele que já seria formado de acordo com as novas bases e propostas modernistas que começavam a ganhar força na cena urbana.

Referências

CAMARA, Sonia. A constituição dos saberes escolares e as representações de infância na Reforma Fernando de Azevedo de 1927 a 1930. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 8, p. 158-180, 2004.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: LE GOFF, Jacques (Org.). **História e memória**. 7ª Ed. Campinas: Editora Unicamp, p. 485-499, 2013.

PAULILO, André Luiz; SILVA, José Cláudio Sooma. Urbanismo e educação na cidade do Rio de Janeiro dos anos 1920: aproximações. **Revista Educação Pública**, v. 21, n. 45, p. 127-143, 2012.

PAULILO, André Luiz. O programa social da Reforma do Ensino de Fernando de Azevedo (Distrito Federal – 1927-1930). **Revista Eletrônica Documento Monumento**, v. 15, n. 1, p. 235-256, 2015.

SILVA, José Claudio Sooma. **A Reforma Fernando de Azevedo: tempos escolares e sociais** (Rio de Janeiro, 1927-1930). Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SILVA, José Cláudio Sooma. **Teatros da Modernidade: representações de cidade e escola primária no Rio de Janeiro e em Buenos Aires nos anos 1920**. Tese (doutorado em educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, José Cláudio Sooma. Cidade maravilhosa: encontros e desencontros nos projetos de remodelação urbana da capital entre 1902 e 1927. **Sinais Sociais**, v. 5, n. 17, p. 10-51, 2011.

SOUZA, Rosa Fátima de. Lições da Escola Primária. In: SAVIANI, Dermeval *et al.* **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. Pesquisa em História da Educação: Acervos, arquivos e a utilização de fontes. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, Anápolis-Goiás, v.3, n.3, p. 33-47, 2014.

VIDAL, Diana Gonçalves. Escola nova e processo educativo. In: **500 anos de educação no Brasil** [S.l: s.n.], p. 497-518, 2000.